

Imperialismo da economia: conceitos e restrições *

Uskali Maki **

V.II N.3 JUNHO pp. 5-36

1. Introdução

“Assim, a economia é uma ciência imperialista: ela tem se comportado de maneira agressiva no ataque a problemas centrais a um número considerável de disciplinas sociais vizinhas, sem ter sido jamais convidada a tanto.” Assim escreve George Stigler em 1984, com toda a propriedade. Como exemplos paradigmáticos da inclinação imperialista, podemos citar trabalhos como o de Gary Becker, *The Economics of Discrimination* (1957), *An Economic Theory of Democracy* (1957) de Anthony Down, *The Calculus of Consent* (1962) de Gordon Tullock, *The Logic of Collective Action* (1965) de Mancur Olson e *A Treatise on the Family*, por Becker (1981). O imperialismo da economia tornou-se um tópico fortemente criticado que divide os

* Este texto foi apresentado no Brasil em outubro de 2000, como atividade do colóquio “A situação da Microeconomia: uma perspectiva metodológica”, organizado pelo Mestrado em Desenvolvimento Econômico da UFParaná. Os Editores agradecem ao autor a cessão do texto para publicação em português. A tradução é de Pedro Rocha de Oliveira. (Nota dos Editores)

Versões anteriores deste artigo foram apresentadas na Universidade de Lund, Suécia, em Outubro de 2000; na Universidade de Veracruz em Xalapa, Mexico, em Junho de 2000; no seminário Erasmus de Filosofia e Economia de Rotterdam, em Maio de 2000; no Instituto Max Planck em Jena, Alemanha, em Fevereiro de 2000; na oficina da Academia da Finlândia, O Expansionismo da Economia nas Ciências Sociais na Atualidade, em Joensuu, Finlândia, Agosto de 1999; na conferência sobre o Progresso no Estudo da Evolução Econômica, em Ancona, Itália, Maio de 1999; e na oficina sobre o Escopo da Teoria Econômica em Rotterdam, Holanda, Março de 1998. Agradeço ao público presente nestas ocasiões pelos proveitosos comentários; e em particular a: Maarten Janssen, Warren Samuels, Christian Sartorius, Timo Tammi, Jack Vromen, Ulrich Witt e Jesus Zamora Bonilla.

** Professor na Universidade Erasmus em Rotterdam. umaki@fwb.eur.nl

economistas, e mais ainda os praticantes de outras ciências, como a sociologia, a antropologia, a ciência política e o direito. Alguns o celebram de forma mais ou menos incondicionada (Tullock 1972; Becker 1976; Stigler 1984; Hirshleifer 1985; Radnitzky e Bernholz 1987; Lazear 2000); outros o contestam (Coase 1978; Fine 1999); enquanto ainda outros mantêm atitudes muito particulares ou indecisas (UdÉhn 1992; Green e Shapiro 1994; Tullock e McKenzie 1985).

O que é o imperialismo da economia? De que forma julgá-lo? Possuirão aqueles que o defendem, ou que a ele resistem, justificativas suficientes para tanto? Qual é exatamente a questão, e quais são exatamente os argumentos? Para muitos economistas estas perguntas apresentam-se como problemáticas, bem como para um número cada vez maior de cientistas sociais das demais áreas, cujos cenários intelectuais vêm sendo modificados como resultado da crescente presença de idéias da economia em suas disciplinas. Na tentativa de proceder em direção às respostas de algumas delas, traçarei o perfil dos fundamentos filosóficos por detrás tanto da investida do imperialismo da economia, quanto das possíveis estratégias de resistência. Em outras palavras, o que se segue é o esboço de uma filosofia da ciência que pretende viabilizar a articulação tanto do conceito de imperialismo da economia quanto de seus limites; o que será oferecido é *uma filosofia dos princípios do imperialismo da economia, e da resistência a ele*. O que se espera é que esta filosofia nos seja de alguma valia no esclarecimento do alvo da referida controvérsia, tanto quanto do caráter de alguns dos argumentos atuais e potenciais referentes a ambos os lados.

Uma observação bastante evidente com a qual podemos começar é a seguinte: a maior parte dos cientistas e a maioria dos filósofos da ciência acreditam que a expansão do domínio dos fenômenos explicados por uma dada teoria – e por uma teoria progressivamente mais parcimoniosa – constitui uma conquista científica muito respeitável. A maior parte dos economistas parece compartilhar desta convicção. Ao ser observado mais de perto, o imperialismo da economia parece ser uma implementação desta idéia tão aceita a respeito da excelência científica, conquanto se apresente como possuindo princípios legítimos, e como estando de acordo com a imagem que fazemos de uma

ciência de sucesso. Entretanto, ele também possui adversários, tanto dentro quanto fora da economia. E no que diz respeito a esta controversa discussão, os argumentos que se posicionam no lado da resistência parecem pouco claros. *Por mais que o imperialismo da economia possa ser construído de modo a ser suportado por um argumento de filosofia da ciência bem estabelecido, a filosofia da ciência que apoia a resistência a ele não é igualmente óbvia.* O relato a ser oferecido nas páginas seguintes intenciona não apenas tornar transparentes ambas as posições, mas também acomodá-las em um único modelo. Para este propósito, demonstrarei que o imperialismo da economia é um caso especial da norma metodológica mais geral da unificação explanatória. Demonstrarei que a unificação explanatória aparece sob diversas formas, e oferecerei uma maneira de se explorar a desunidade da unificação bem como alguns traços peculiares do projeto da economia, de modo a propor julgamentos descritivos e normativos sobre questões bastante discutidas, relacionadas à expansão do escopo da economia.

É importante entender qual *não* é a proposta deste artigo. Não se trata aqui de explicar o fenômeno do imperialismo da economia: trata-se, antes, do desenvolvimento de ferramentas que podem ser empregadas em sua avaliação: explicá-lo será tão difícil quanto importante. Além disso, este artigo não tratará dos aspectos políticos do imperialismo da economia. É óbvio que as conotações políticas são centrais ao conceito de imperialismo, mas este aspecto em particular da questão merece tratamento separado. Este artigo tampouco discorrerá sobre o conteúdo econômico do imperialismo da economia. Isto implica que o relato proposto intencione neutralidade com relação a quaisquer idéias particulares a respeito dos conteúdos de quaisquer economias particulares de comportamento imperialista. Embora as ilustrações utilizadas sejam ligadas a idéias econômicas particulares e controversas, a aplicabilidade da discussão promovida no artigo pretende-se independente do seu conteúdo específico. O artigo trata dos fundamentos filosóficos do imperialismo da economia. O objetivo é fornecer uma estrutura de conceitos, questões e princípios gerais dentro da qual será possível conduzir-se mais eficientemente debates com respeito a teorias particulares.

2. O Conceito

Existem alguns conceitos de nível mais básico que são importantes tanto para uma explicação quanto para uma desconstrução do imperialismo da economia. São eles: o escopo, a explicação, a consiliência, a unificação, a simplicidade e a confirmação. Os significados destes conceitos inter-relacionam-se, mas todos são ambíguos e sujeitos a controvérsia, de modo que existem justificativas suficientes para se tentar esclarecê-los.

Escopo: A questão do escopo foi bastante popular entre os economistas do século XIX: foram publicados numerosos livros e ensaios com títulos como “O escopo e o método da economia política”. Um exemplo é o livro de John Neville Keynes, publicado em 1891, e que tem exatamente este título. Sua noção de escopo é bastante ampla:

Ao tentar definir o escopo de qualquer área de estudo, o objeto visado deverá primeiramente determinar as características distintivas dos fenômenos com os quais ele está lidando, bem como o tipo de conhecimento por ele buscado, em vista destes fenômenos. (J. N. Keynes 1955/1891, 2)

Por exemplo: o escopo de uma teoria T pode ser definido em termos dos *problemas* ou em termos dos *fatos ou fenômenos*. Podemos dizer que o escopo de T é o conjunto de problemas para a resolução dos quais T é utilizada, ou, mais precisamente, o conjunto de problemas que T é capaz de resolver. Também podemos dizer que o escopo de T consiste dos fatos – fenômenos singulares, tipos de fenômenos, regularidades entre os fenômenos – que T pretende explicar, ou é capaz de explicar. Preferirei adotar segunda versão, a qual colocarei em termos de *explicação* para os propósitos da presente discussão.

Escopo

O escopo de uma teoria T é o conjunto de classes dos fatos da *explananda*¹ relativos a T.

Farei aqui três observações a respeito desta idéia, as quais serão desenvolvidas mais adiante. Em primeiro lugar, o escopo é aqui carac-

¹ Não há em português um termo equivalente a *explananda* (plural *explanandum*). Seu sentido é expressar *os fatos a serem explicados*. (N. do T.)

terizado em termos de explicação. Em segundo lugar, o conjunto da explananda percebida de T não precisa ser, e muitas vezes não será, fixado inicialmente. Este conjunto é de fato mutável, podendo tanto expandir-se quanto encolher: as impressões dos cientistas alteram-se na medida em que vão sendo empreendidas tentativas de se aplicar T. Em terceiro lugar, o conteúdo detalhado de T não precisa permanecer fixo ao longo de suas tentativas de aplicação. Devemos permitir variações em T, dentro de certos limites, de modo que T não perca sua identidade. Em quarto lugar, existe um critério que decide a participação na explananda de T. No caso da economia por exemplo, tal critério será implicado por aquilo que conhecemos como as “definições” da economia, as quais especificam o que J. N. Keynes chamou de “as características distintivas dos fenômenos com os quais [a economia] lida” como parte do seu escopo. Para exemplificar esta caracterização, cito dois famosos exemplos:

A economia é o estudo da espécie humana na sua ocupação comum da vida; ela examina as instâncias da ação individual e social que são relacionadas mais proximamente com a busca e com a utilização dos requisitos materiais do bem-estar. (Marshall 1920)

A economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto uma relação entre fins e meios escassos que possuem diferentes utilizações. (Robbins 1935)

Evidentemente, a definição que estudioso tem para “economia” influencia de forma crítica suas inclinações imperialistas no que diz respeito a quando, com que intensidade, e em que domínios é adequado comportar-se de forma imperialista.

Consiliência e unificação: O conceito de consiliência servirá como um outro ponto de partida em nosso esforço de desconstrução. Este conceito desempenha um papel importante na filosofia da ciência de William Whewell, conforme apresentada em seu *Philosophy of the Inductive Sciences (1847)*. A consiliência é uma propriedade das teorias que denota, além de seu escopo, uma série de características: a primeira delas é que os itens incluídos no escopo são considerados como fatos a

serem explicados, e assim a explicação será um elemento que não poderá ser excluído desta noção. A segunda é que, de modo a possuir a propriedade da consiliência, uma teoria deve poder explicar pelo menos duas classes de fatos; quanto mais classes a teoria conseguir explicar, mais consiliente ela será. Assim, a teoria T1 será mais consiliente do que T2 se T1 explicar um número maior de classes de fatos do que T2. A terceira característica é que, quando medido em termos de consiliência, o poder explicativo de uma teoria é uma questão não do número de fatos que a teoria pode explicar, mas da variedade de *tipos* de fatos que ela é utilizada para explicar. É por essa razão que a idéia de “classes de fatos” aparece na caracterização da “Consiliência de Induções de classes de fatos diferentes e separadas” (Whewell 1847, 95). Caracterizando assim a consiliência, Whewell a apresenta como uma virtude pertinente às teorias, e o autor introduzirá ainda uma outra virtude a ela relacionada, “a progressiva Simplificação da Teoria, a qual se dá na medida em que ela é estendida para novos casos” (ibid.,95). Estas duas virtudes estão relacionadas, uma vez que “as Consiliências de nossas Induções acarretam uma constante Convergência de nossa Teoria em direção à Simplicidade e à Unidade” (ibid., 96).

A combinação destas duas virtudes nos torna mais próximos dos relatos da filosofia contemporânea a respeito da unificação explanatória. Através da generalização de diversas versões desta idéia, podemos dizer *que a unificação explanatória é dada em termos da razão explanantia² /explananda*. Isto é expressado de diversas formas, como “Explicando muito através de pouco”; “Minimizando o número de padrões de derivação empregados e maximizando o número de conclusões geradas”; “Reduzindo o número de fenômenos aparentemente diversos e separados através da demonstração de que eles são manifestações do mesmo sistema de objetos” (Friedman 1974; Kitcher 1981, 1989; Aronson 1984; ver ainda Maki inédito).

Qualquer que seja sua formulação, a unificação é sempre tida como um objetivo muito importante, a realização do melhor da ciên-

² Ou seja, o conteúdo ou os elementos da explicação. (N. do T.)

cia. Alguns filósofos da ciência fizeram deste conceito a pedra fundamental de seus relatos sobre a explicação e a confirmação científica (em particular, ver Kitcher 1981, 1989). Há poucas dúvidas de que muitos economistas compartilham do ponto de vista de que a unificação é uma das grandes virtudes da teorização (por exemplo, ver Maki 1990, e inédito). A busca por um conjunto de princípios centrais parcimoniosos e com alto poder explicativo tem sido a linha dominante de pesquisa teórica para Nassau Senior, Paul Samuelson, Gary Becker e Robert Lucas.

Falta-nos ainda uma idéia a ser incluída em nossa pequena mala de ferramentas filosófica. O conceito autêntico de consiliência contém mais do que as características mencionadas acima: será a característica adicional ainda a ser enunciada que nos dará uma importante chave para o entendimento do imperialismo da economia. A consiliência entre classes de fatos (e as induções realizadas a partir daí) requer que a teoria em questão seja, em primeiro lugar, sugerida com sucesso como uma explicação de uma segunda (e talvez de um terceira, e uma quarta) classe de fenômenos. Num primeiro momento, quando da construção da teoria, estas classes adicionais de fenômenos não eram consideradas enquanto pertencentes à *explananda* da teoria, sendo descoberto apenas posteriormente que elas poderiam ser explicadas satisfatoriamente pela teoria: “podemos explicar e determinar casos de um *tipo diferente* daqueles que foram considerados na formação de nossa hipótese” (Whewell 1847, 65). Chamaremos a esta idéia *consiliência total*. Sua enunciação pode ter importantes conseqüências metodológicas.

O expansionismo e o imperialismo: É bem sabido que a “definição” Robbinsiana de economia, a qual foi citada acima, expande poderosamente o escopo da economia. Ela deixa “a porta um pouco mais aberta” em comparação às definições anteriores. “Afim, os fins que os homens e mulheres buscam não incluem apenas pão e manteiga, mas também reputação, aventura, sexo, status, salvação eterna, o significado da vida, e uma boa noite de sono” (Hirshleifer 1985, 53) além dos fenômenos hoje em dia explicados muito mais detalhadamente, tais como o comportamento dos políticos e dos burocratas, o voto, a lei, o

crime, a discriminação racial, a escravidão, o casamento, a ciência... De acordo com esta concepção, o escopo da economia não está restrito a fenômenos do mercado comum: “A escolha racional do interesse próprio tem um papel fundamental em muitos outros domínios da vida além dos mercados: por exemplo, na política, na guerra, na seleção de um parceiro, na engenharia, nas decisões estatísticas.” (Ibid.)

Este não é apenas um exemplo de unificação explanatória, mas de consiliência total: tais fenômenos exteriores ao mercado não tinham sido concebidos como estando dentro da *explananda* da teoria convencional dos fenômenos de mercado no momento em que esta teoria foi construída. Além disso, a interpretação de Robbins a respeito do escopo da teoria não constituía uma generalização sobre a prática explanatória principal: foram necessárias décadas para que a prática da explicação explorasse as feições da teoria foram apontadas por Robbins de forma programática. De modo que as condições de consiliência total parecem estar satisfeitas.

Hirshleifer refere-se ao “domínio expansivo” da economia, sugerindo uma idéia de expansionismo econômico. Mas o mesmo autor também refere-se ao “poder invasivo imperialista” da economia:

O que empresta à economia seu poder invasivo imperialista é o fato de que nossas categorias de análise – escassez, custo, preferências, oportunidades, etc. – possuem aplicabilidade universal. Ainda mais importante é a forma estrutural de organizarmos estes conceitos nos processos, os quais mantêm-se distintos embora interrelacionados, sejam eles processos tanto de otimização ao nível da decisão individual, quando de equilíbrio ao nível social da análise. (Hirshleifer 1985, 53)

Fica assim evidente que, de uma maneira geral, o expansionismo e o imperialismo da economia têm a ver com o aumento da quantidade de tipos de *explananda*: a “aplicabilidade universal” das categorias da economia refere-se à unificação dos fenômenos. O que aqui aparece como uma diferença terminológica entre o expansionismo e o imperialismo em Hirshleifer pode vir a se tornar uma diferença substancial, no que pode oferecer algumas definições:

- *Expansionismo Econômico*: O expansionismo econômico é uma busca persistente em se aumentar o grau de unificação e de consiliência total de uma teoria econômica através da sua aplicação sobre novos tipos de fenômenos.

Esta definição evoca o aspecto do escopo relativo às idéias de unificação e consiliência. Quando um projeto de expansão obtém sucesso é porque a unificação e a consiliência são alcançadas através da expansão do escopo de uma teoria, isto é, através da expansão do conjunto de seus tipos de *explananda* (e não através de uma diminuição em seus recursos explicativos, sua *explanantia*). A consiliência total requer que os novos tipos de fenômenos não estivessem contidos na *explananda* potencial ou atual da teoria no momento de sua construção. Só é preciso que se adicione ainda um elemento para chegarmos à definição imperialismo da economia:

- *Imperialismo da economia*: O imperialismo da economia é uma forma de expansionismo econômico onde os novos tipos de *explanandum* são localizados em territórios ocupados por disciplinas outras que a economia.

Aqui o “território ocupado por uma disciplina” deve ser entendido como *a classe de fenômenos em cuja explicação os pesquisadores desta disciplina têm convencionalmente estado engajados*. Observe que a definição se dá em termos de uma “busca persistente”, e não em termos de objetivos alcançados, o que está de acordo com a declaração de Stigler que citamos no princípio, a qual dizia que a economia tem sido “agressiva em seu tratamento de problemas centrais em um número considerável de disciplinas sociais avizinhas, e sem ter sido jamais convidada a tanto” (Stigler 1984, 311). Esta idéia também concorda com o retrato de Becker do “*approach* econômico” como sendo uma questão da aplicação “implacável e resoluta” de um conjunto central de princípios explicativos. (Becker 1976, 5).

Estas definições estabelecem que o expansionismo e o imperialismo não são a mesma coisa. O imperialismo é um caso especial do expansionismo, o que ao mesmo tempo define um expansionismo não imperialista:

- *Expansionismo não imperialista da economia*: O expansionismo não imperialista da economia é uma forma de expansionismo da economia onde os novos tipos de fenômenos *explanandum* estão localizados em territórios desocupados – territórios que não se encontram ocupados por disciplinas outras que a economia.

Ao entregar o Prêmio Nobel a Gary Becker em 1992, o Comitê do Prêmio Nobel reconheceu ambas as versões: o Prêmio foi conferido pela “extensão do domínio da teoria econômica para aspectos do comportamento humano os quais, quando se quer chegavam a ser estudados, só o eram por outras ciências sociais, tais como a sociologia, a demografia, e a criminologia” (1993,1). Aqui, a enunciação de que os fenômenos eram estudados anteriormente relaciona-se com a versão imperialista do expansionismo da economia, enquanto que “quando se quer chegavam a ser estudados” diz respeito à versão não imperialista. O trabalho que vem recentemente sendo desenvolvido junto à economia das organizações de caridade e não governamentais é referido por Tullock (1974, 318) como “a criação de um novo campo, ao invés da invasão imperialista de um campo já existente” – ou seja, um exemplo de expansionismo sem imperialismo.

A diferença entre o expansionismo e o imperialismo merece ser comentada. Do ponto de vista da própria idéia de unificação, não parece haver nenhuma diferença significativa: ambas as formas de expansionismo apresentam-se como vias de busca do aumento da unificação. A diferença parece estar baseada em *contingências históricas* e sociais: no primeiro caso, já existiam disciplinas que abordavam os fenômenos sendo adicionados ao escopo da disciplina em expansão, enquanto que no segundo caso estas ainda não existiam. Nesta perspectiva, a diferença possui um caráter *pragmático*: ela é definida em termos (da existência ou inexistência) das práticas das disciplinas conquistadas ou a serem conquistadas, e das relações entre os praticantes das disciplinas conquistadoras e das disciplinas conquistadas. Podemos conjecturar, por exemplo, que na situação de ocupação disciplinar anterior há uma maior chance de disputa do que nos casos em que esta ocupação não existia, *ceteris paribus*. Mas se há ou não algo de mais profundamente

ontológico por detrás destas contingências pragmáticas, isto é uma outra questão.

O papel epistemológico da unificação

A unificação e a expansão são muitas vezes apresentadas como sendo proximamente conectadas entre si: unificação implica explicação. Esta concepção é um tanto quanto controversa (ver Maki inédito); entretanto, há uma ligação um pouco mais evidente entre a unificação e a confirmação. A idéia é que a capacidade de unificar aumenta a probabilidade de que uma teoria esteja correta, *ceteris paribus*. No relato de Whewell a respeito da consiliência, esta conexão será explícita e indicativa de uma grande proximidade. A consiliência desempenha um papel epistemológico bastante importante: as teorias consilientes possuem maior probabilidade de serem verdadeiras. Whewell diz que “a evidência a favor de nossa indução será superior, e muito mais convincente, quando ela nos permitir explicar e determinar casos de um *tipo diferente* daqueles que foram contemplados quando da formação de nossa hipótese. (...) Da mesma forma, os casos nos quais as induções a partir de classes de fatos de todo diferentes *saltaram conjuntamente* dizem respeito apenas às teorias que a história da ciência tem como melhor estabelecidas.” (Whewell, 88) Isto soa como uma mensagem que os expansionistas e os imperialistas da economia receberiam alegremente: o sucesso de um empreendimento imperialista pode ser tomado como indicador de que a teoria está sendo conduzida pelo caminho certo. Temos ainda uma segunda formulação, que de certa forma é um pouco mais forte: “Até onde eu saiba, em toda a história da ciência não pode ser apontado um único exemplo de uma situação na qual a Consiliência de Induções tenha testemunhado a favor de uma hipótese a qual, mais tarde, tenha sido provada ser falsa.” (90) Esta afirmativa, à luz dos posteriores desenvolvimentos na ciência natural, acabou tornando-se uma espécie de exagero. Entretanto, ela ainda sugere que se o projeto da economia expansionista e imperialista acabasse por falhar, isto constituiria uma exceção à regra geral, a qual sugere que a teoria econômica que obtém sucesso em seu projeto imperialista tem maior probabilidade de ser verdadeira. Isto deverá servir como um princípio questionável no restante da argumentação.

3. Restrições

Poderíamos ir tão longe a ponto de afirmar que a unificação é uma norma que está firmemente arraigada à instituição que chamamos de ciência: não só a maioria dos cientistas apoia o ideal da unificação explícita ou implicitamente, como também verifica-se que este ideal tem determinado a forma das estruturas normativas das instituições da ciência, tornando-se assim parte da própria idéia de ciência.

Optando ou não por chegar ao extremo desta afirmativa, teremos que reconhecer que a unificação explicativa é um dos mais incontroversos êxitos da teorização científica. Sem dúvida este ideal está fortemente estabelecido também dentro da economia, o que manifesta-se de duas formas: em primeiro lugar, as teorias que não unificam, ou que possuem habilidade de unificação menor do que as teorias rivais, possuem menor probabilidade de serem aceitas, e até de serem sequer consideradas como possivelmente aceitáveis; e em segundo lugar, tentativas de aplicação de uma teoria a novos tipos de fenômenos que obtêm sucesso são celebradas como representando progressos (sendo algumas vezes merecedoras do Prêmio Nobel). Ainda assim, não devemos permitir que o ideal da unificação imponha-se sem quaisquer restrições. Proporei aqui três tipos de restrições: a ontológica, a pragmática e a epistemológica.

Restrição ontológica

Há que se fazer uma observação importante, a qual pode servir como um estímulo ao desenvolvimento da presente questão: as conclusões abstratas [1] e [2] citadas acima não nos levam muito longe, pois ambas são ambíguas em muitos sentidos. O primeiro passo é reconhecer que a própria unificação não é uniforme, e que ela aparece sob várias formas. Pode-se invocar a desunidade da unificação de modo a estabelecer restrições a partir das idéias [1] e [2]. A intuição de ordem genérica que ofereço aqui é a seguinte: [1] e [2] são mais aceitáveis quando se considera “unificação” como referindo-se à unificação ontológica, do que quando o termo é utilizado para referir-se à mera unificação derivacional. De modo que devemos especificar exatamente o que é

que se entende por estas duas noções (ver Maki 1990; inédito). Entende-se por unificação derivacional a derivação de extensas classes de descrições de fenômenos a partir de um conjunto parcimonioso de premissas ou de esquemas de inferência.

- *Unificação derivacional*: Entende-se por unificação derivacional a derivação de extensas classes de sentenças *explanandum* a partir de um conjunto parcimonioso de sentenças teóricas ou padrões inferenciais. Este tipo de unificação baseia-se nas capacidades derivacionais das teorias. As teorias são encaradas como fórmulas lógicas, possivelmente vazias de valor de verdade, que desempenham o papel de gerar implicações e de salvar os fenômenos.

Um dos meus exemplos favoritos para a unificação derivacional tem sido aquele fornecido pelo teórico dos jogos, Robert Aumann (1985) (ver Maki inédito). Conforme Aumann coloca explicitamente, a unificação é uma das grandes virtudes de uma teoria. “Parte da grandeza de teorias como a da gravitação ou a da evolução, ou a teoria atômica da matéria, advém do fato de que *elas cobrem um campo muito grande, e ‘explicam’ muitas coisas diferentes*. A própria idéia da gravitação tomada em abstrato é até misteriosa; ela é importante por que nos permite relacionar as marés aos movimentos dos planetas e às trajetórias de projéteis e mísseis.” (30) (grifos meus). A característica acompanhante é a “contenção; deve-se utilizar o mínimo possível de parâmetros exógenos para dar conta de qualquer fenômeno particular. Além disso, a contenção é desejável enquanto fazendo parte da estrutura básica de uma teoria.” (31)

Isto que foi colocado acima ainda não define a unificação em suas características mais específicas. Evidências textuais posteriores sugerem que o que Aumann tinha em mente era a unificação derivacional. Ele pontuará em seguida: “Na construção de uma tal teoria, não estamos tentando alcançar a verdade, e nem mesmo aproximarmo-nos dela: ao contrário, o que estamos tentando é organizar nossos pensamentos e observações de forma útil.” (31-32) No que diz respeito à teoria dos jogos, aplica-se o seguinte princípio: “...*uma solução é a maneira segundo a qual o cientista organiza diversos fenômenos e diversas idéias díspares sob uma única estrutura.*” (34-35) A

economia não é exceção ao princípio genérico da unificação derivacional: diz-nos Auman que “a validade da maximização da utilidade não deriva do fato desta última ser ou não uma descrição do comportamento de indivíduos, mas sim do fato dela constituir o postulado subjacente que *unifica a maior parte da teoria econômica*. No que diz respeito a este ponto, alternativas tais como a satisfação provaram ser praticamente inúteis. Porquanto sejam hipóteses atrativas, existem poucas teorias construídas sobre alternativas deste tipo; *elas não nos conduzem a quase nenhuma unificação*; elas possuem poucas conseqüências interessantes. Ao julgar a maximização da utilidade, não devemos perguntar ‘Isto é plausível?’, mas sim ‘*Que aproximações isto implica? Para onde isto leva?*’” (35)

Uma outra noção de unificação é aquela baseada no reconhecimento da centralidade da ontologia no que diz respeito à teorização e à explicação. A teorização explicativa é tomada como sendo uma questão de se descrever o papel dos fenômenos explanandum dentro do funcionamento do mundo, ao seu nexos de causas e efeitos, e aos processos que conectam os dois. A suposição por trás da unificação explanatória na modalidade ontológica é que existe um grau de unidade entre os fenômenos do mundo, sendo o papel da teorização auxiliar na representação desta unidade tão precisamente quanto possível. A unificação explicativa aqui diz respeito a se empreender uma nova descrição de uma série de tipos aparentemente independentes de fenômenos como formas ou manifestações de um mesmo sistema subjacente de entidades e causas. A ênfase aqui é retirada do plano da lógica de derivação sentencial e posta no plano da ontologia do ser e da semântica da representação.

- *Unificação ontológica*: A unificação ontológica é uma questão de se redescrever extensas classes de fenômenos *explanandum* aparentemente independentes enquanto formas ou manifestações de um sistema comum de entidades e causas. Ela se baseia nas capacidades representacionais que as teorias possuem de descrever a ordem das coisas do mundo. As teorias assim são vistas como quadros que intencionam retratar a realidade dos processos e mecanismos mais

simples envolvidos no funcionamento do mundo; os fenômenos são vistos como manifestações destes processos e mecanismos.

Podemos dizer que a unificação ontológica é uma descoberta fatural que diz respeito à ordem das coisas no mundo, e que uma teoria unificadora representa esta ordem de forma verdadeira. Um exemplo disto na economia é Milton Friedman e seu ensaio metodológico de 1953. Os leitores podem achar minha exemplificação um tanto quanto surpreendente, pois sabemos que Friedman é normalmente descrito como um instrumentalista, e a noção da unificação ontológica é uma idéia realista. Entretanto, ao contrário das leituras convencionais, partes do ensaio de Friedman pode ser encarado como uma defesa realista de sua própria idéia de economia (Maki 1992). A passagem chave para esta leitura alternativa é a seguinte:

Uma hipótese fundamental da ciência é que as aparências são enganosas e que há uma forma de olhar, de interpretar, ou de organizar as evidências a qual revela que fenômenos diversos e superficialmente desconexos são manifestações de uma estrutura fundamental e relativamente simples.” (Friedman 1953, 33.)

As idéias centrais que caracterizam a unificação ontológica estão delineadas nesta passagem. Ela contém a idéia de que existem “fenômenos diversos e superficialmente desconexos” a serem unificados. Há uma idéia que diz respeito a “uma estrutura mais fundamental e relativamente mais simples” em termos da qual a unificação pode ser alcançada. Existe também a idéia de que a unificação é uma questão de demonstrar-se que aqueles fenômenos estão apenas aparentemente desconexos, pois os fatos da matéria são tais que eles fenômenos seriam “manifestações” de uma mesma e única “estrutura fundamental e relativamente simples.” A unificação, de acordo com este quadro, não é apenas uma questão de sucesso derivacional, mas de se representar com sucesso como as coisas estão relacionadas segundo a estrutura causal do mundo.

Dentro de uma tal idéia ontológica da unificação, o conceito de consiliência pode ser construído como um elemento dinâmico. Ele se

refere a diferentes tipos ou classes de fenômenos ou de fatos explicados em momentos diferentes no tempo. É importante observar que a diferença de tipo (de fatos ou de fenômenos) enunciada é apenas aparente. O que se supõe é que esta diferença aparente esconde unidade ou similitude reais. A diferença aparente é o resultado do fato de que existem diferentes teorias relativamente às quais os tipos diferentes são determinados: a classificação dos fatos segundo empreendida pela antiga teoria e pela nova teoria não coincidem. No que a nova teoria emerge, e explica a classe de fatos nova e surpreendente, fica demonstrado que os novos fatos são, na realidade similares àqueles que a teoria anteriormente explicava.

Estou agora preparado para introduzir minha primeira restrição ao imperialismo da economia. Esta restrição baseia-se na distinção entre dois tipos de unificação, o que resulta na diferenciação de várias versões de imperialismo.

- *Imperialismo da Economia Fundamentado Ontologicamente:* O imperialismo da economia fundamentado ontologicamente é o imperialismo da economia cujo êxito é atingir um grau maior de unificação ontológica.
- *Imperialismo da Economia Fundamentado Logicamente:* O imperialismo da economia fundamentado logicamente é o imperialismo da economia cujo êxito é atingir um grau maior de unificação derivacional, o qual não é baseado em unificação ontológica.

Se apoiarmos a idéia de que a unificação ontológica deve constituir um objetivo da ciência, então poderemos dizer que o imperialismo da economia ontologicamente fundamentado será justificável, enquanto que todo imperialismo por unificação derivacional será injustificável. A fundamentação ontológica justifica o imperialismo na medida em que, por um de seus pressupostos, acreditamos que são as descobertas fatuais que fazemos sobre a ordem real das coisas que devem determinar o escopo das teorias e as divisões disciplinares em nossas práticas científicas. Com base nesta suposição, é irrelevante se uma dada classe de fenômenos era ou não examinada como parte do escopo de uma disciplina outra que a economia antes desta classe ser ontologicamente subsumida sob um conjunto unificado de princípios econômicos.

Estas noções não são simples de serem operacionalizadas, de forma a podermos, na prática, diferenciar entre o imperialismo da economia justificável e o injustificável. Podemos distinguir dois tipos de casos. Num primeiro caso, alcançamos a unificação derivacional, mas não sabemos ainda se a unificação ontológica será possível ou não. Em uma tal situação, é aconselhável suspendermos o juízo a respeito da justificação do imperialismo teórico em questão. Num segundo caso, temos razões para acreditar que a unificação ontológica não poderá ser alcançada, mesmo que a unificação derivacional venha a ser alcançada. Haverá então justificativas epistemológicas suficientes para que consideremos o imperialismo da economia em questão como sendo injustificável.

Parece ser esta a visão de Ronald Coase a respeito dos limites da economia. Ao contrário de seu crítico Richard Posner, instrumentalista com fortes tendências imperialistas, Coase adota um posicionamento realista no que diz respeito à teorização econômica (ver Maki 1998a, 1998b), e um posicionamento céptico no que diz respeito às recentes vitórias da economia em sua expansão sobre o domínio de disciplinas vizinhas como a ciência política, a sociologia, a lingüística, a educação e o direito (Coase 1978). Suas diversas formulações evidenciam que realmente há fundamentos ontológicos para suas dúvidas. “A razão para este movimento, por parte dos economistas, em direção a campos vizinhos certamente não é a nossa habilidade de solucionar os problemas do sistema econômico; talvez fosse mais plausível dizer que os economistas estão procurando pelos campos onde eles podem obter maior sucesso.” (Ibid., 203) Coase antecipa que as vitórias expansionistas são somente temporárias. Seu argumento é baseado na sugestão de que um grupo de acadêmicos pode ser considerado uma profissão com base em três fatores: “técnicas de análise em comum, uma teoria ou um método comum de aproximação ao objeto, ou um objeto de pesquisa em comum” (Ibid., 204). Ele então argumenta que uma vez que *a identidade de uma disciplina é em última análise baseada em um objeto de pesquisa em comum*, as vitórias expansionistas baseadas em técnicas ou métodos de aproximação terão vida curta:

A longo prazo, é o objeto de pesquisa, ou seja, o tipo de questão que se tenta responder, que tende a ser o fator dominante na produção da força coesiva que faz com que um grupo de acadêmicos constitua uma profissão reconhecível (...) Entretanto, a curto prazo, a habilidade de um grupo em particular de manusear certas técnicas de análise ou um método de aproximação, pode dar a eles vantagens que os permitam mover-se com sucesso sobre outros campos, ou até dominá-los. (204)

Coase argumenta que existe uma especificidade no que diz respeito ao objeto de estudo da economia, a qual impõe limites à sua aplicabilidade muito ampla. Assumindo uma postura anti-Robbinsiana, ele afirma que esta especificidade deriva da “*régua do dinheiro*”. Coase dirá então que dentro do domínio apropriado da economia, “importantes determinantes de comportamento” são acessados através da medição do dinheiro, e que além disso as hipóteses da economia possuem a propriedade de poderem ser “examinadas e checadas” uma vez que “os dados (a respeito de preços e receitas)” estão disponíveis em termos monetários. (209) O domínio da aplicabilidade da economia portanto possui limitações baseadas no grau em que a “*régua do dinheiro*” ajuda a constituir o objeto de estudo:

Se é verdade que o estado mais desenvolvido da economia, em comparação ao das demais ciências sociais, deve-se à felicidade (para economia) de que os fatores importantes que determinam o comportamento econômico podem ser medidos em termos de dinheiro, então poderemos dizer que os problemas enfrentados pelos praticantes das outras disciplinas não poderão ser dissipados através da simples infusão na economia, pois, ao avançar para outros campos, os economistas terão que deixar para trás o elemento a que devem toda sua força. Teremos que admitir que as análises desenvolvidas pela economia só poderão ser aplicáveis a outros objetos se forem submetidas a grandes modificações.

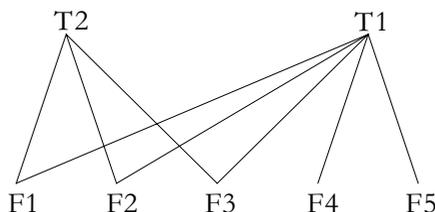
Restrição pragmática

Meu segundo limite é de natureza pragmática e axiológica. Ele é sugerido na medida em que distinguimos dois tipos de consiliência

relativa – ou de poder relativo de unificação com uma simplicidade dada. O *approach* que escolhi desenvolve-se a partir do ponto de vista dos fatos *explanandum*. A primeira noção de consiliência comparativa que estabeleceremos a considera como estando baseada em subsunção ocorrente na *explananda*.

- *Consiliência comparativa: subsunção*: A teoria T1 é mais consiliente do que T2 se o conjunto de classes de fatos explicados por T2 for um subconjunto próprio do conjunto de classes de fatos explicados por T1.

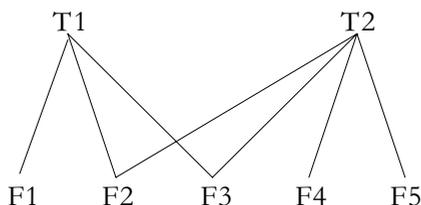
Suponhamos que T2 explica {F1, F2, F3}, enquanto que T1 explica {F1, F2, F3, F4, F5}. Poderemos dizer neste caso que T1 é mais consiliente do que T2 segundo o ponto de vista da subsunção. Também podemos sentir-nos atraídos pela sugestão de que T1 é uma teoria melhor do que T2, como no esquema abaixo:



A segunda noção de consiliência comparativa é baseada na idéia menos restrita da cardinalidade dos tipos de *explananda*.

- *Consiliência comparativa: cardinalidade*: A teoria T1 é mais consiliente do que T2 se a cardinalidade do conjunto de classes de fatos explicados por T1 for maior do que a do conjunto de classes de fatos explicados por T2.

Um exemplo deste tipo de consiliência seria quando T2 explica {F1, F2, F3} enquanto que T1 explica {F2, F3, F4, F5}:



A questão agora será se ainda poderemos dizer que T1 é uma teoria melhor que T2 – talvez com a implicação possível de que T1 devesse ser alvo de mais recursos devotados ao estudo e à aplicação do que T2. É óbvio que este caso é mais problemático do que o da subsunção. A maior consiliência, em sentido cardinal, não parece ser parâmetro suficiente para julgarmos se T1 é uma teoria melhor. Uma outra consideração diz respeito à significância das classes de fatos F1, ..., F5, conforme julgadas por alguma atividade humana, individual ou coletiva. Por exemplo, se julgarmos que F1 é muito mais significativa do que F4 e F5 juntos, então ficaremos mais relutantes em financiar profissionais e projetos empenhados no estudo e aplicação de T1 do que no estudo e aplicação de T2. Isto implica que, sob o ponto de vista pragmático, uma teoria mais consiliente (do ponto de vista da cardinalidade) nem sempre é a melhor teoria.

Como regra geral, podemos dizer que a consiliência comparativa por subsunção não exige quaisquer restrições pragmáticas, *ceteris paribus*. Por outro lado, tais restrições serão exigidas em se tratando de uma consiliência por cardinalidade, no caso de aplicarmos a cardinalidade ponderada através de julgamentos de significância: é recomendável que optemos pela teoria que consegue promover uma unificação de fatos com a maior quantidade total de significância. A cardinalidade não analisada, relativa à teoria escolhida, pode ser muito menor do que a cardinalidade das teorias rivais. Se a escovação dentária ou a lavagem de louça fossem os tipos de fatos tradicionalmente não econômicos levados em conta pela economia imperialista, haveria poucos motivos para que elas se apresentassem a nós como preferível às teorias rivais, as quais diriam respeito a fatos outros como o desemprego e as revoluções.

Podemos dizer que as noções de consiliência comparativa apresentadas acima são *estáticas*. Por outro lado, também se pode aplicar uma noção *dinâmica* de consiliência comparativa. Podemos fazer referência à taxa relativa de expansão do escopo explicado ao longo do tempo através de entradas em novos territórios que não acarretem modificações na teoria, ou através de uma modificação da teoria; pela subsunção de *teorias anteriores, ou através da expansão sem subsunção*. A

economia, de fato, exibe uma grande quantidade de consiliência dinâmica, o que quer dizer que ela conseguiu expandir seu escopo. É como se a economia fosse “esponjosa”, sempre capaz de abarcar novos tipos de fatos, muitas vezes, entretanto, fazendo-o sem subsumir teorias anteriores sobre estes mesmos territórios. É como colocou Oliver Williamson, ao ser entrevistado a respeito das relações entre a Economia e a Sociologia:

Na verdade, uma das coisas frustrantes para os não economistas é o fato da Economia ser tão incrivelmente elástica. Uma vez que o conteúdo econômico de um conceito é entendido, a Economia encontra uma forma de abarcá-lo. (Williamson apud Swedberg 1990, 122)

Também pode-se formular versões da consiliência dinâmica comparativa relativas à subsunção e à cardinalidade. Há poucas dúvidas de que tais idéias também desempenham um papel importante nos comentários feitos por economistas a respeito das capacidades e vitórias expansionistas de suas teorias. O mesmo limite pragmático que foi enunciado acima pode ser introduzido aqui para lidar com pretensões excessivas baseadas na ocorrência de forte consiliência dinâmica. Algumas vezes é necessário *comparar situações de progresso lento acarretado por fatos de maior significância* com situações de progresso rápido devido a fatos de pouca significância. Parece ter sido mais ou menos isso o que Gary Becker reconheceu em uma entrevista a respeito do relacionamento entre a Economia e a Sociologia:

Os sociólogos estão muito mais dispostos do que os economistas a discutir estas amplas e importantes questões de maneira inteligente e penetrada, mesmo levando em conta que seu progresso é muito lento no que diz respeito ao entendimento destes assuntos. Trata-se de questões difíceis de serem desenvolvidas. A maior parte dos economistas ainda trabalham com questões muito limitadas. Esta limitação pode parcialmente explicar o progresso feito pela economia, mas também causou minha revolta inicial contra a economia – e ela persevera. (Becker apud Swedberg 1990, 38)

Como regra geral, podemos dizer que a taxa relativa de progresso da consiliência por cardinalidade constitui um parâmetro

confiável para a escolha de uma teoria sujeita apenas ao limite imposto pela consideração das significâncias das classes de fatos explicadas pelas teorias candidatas.

Restrição epistemológica

Lembremos que um dos grandes serviços prestados pela unificação e pela consiliência total pode ser considerado como sendo de ordem epistemológica: a expansão da faixa de tipos de fenômenos explicados com sucesso por uma teoria. E quanto maior o número de novos fenômenos que não estavam presentes na explananda no momento da construção da teoria, mais justificável será nossa aceitação da teoria. Em resumo, a confirmação da teoria depende da faixa de tipos de instâncias confirmatórias. Whewell vê aqui um critério “que até agora nunca foi utilizado de modo a produzir falsidade” (Whewell, 90). Observamos que isto constitui potencialmente boas novas para qualquer economia imperialista expansionista.

Duas considerações parecem relevantes quando desenvolvemos um limite epistemológico sobre a aplicação deste critério. A primeira diz respeito à óbvia inverdade de muitos dos elementos centrais à teoria econômica padrão. É importante atentarmos para isto, porque algumas destas suposições têm a função de sugerir os limites do domínio da aplicação de uma teoria, e nem está claro quais suposições desempenham este papel fundamental – tampouco está claro qual seria o exato grau de proximidade da verdade requerido por uma teoria para que ela fosse aplicável, sendo que, ainda por cima, é difícil medir-se com precisão este grau de aproximação.

A segunda preocupação relaciona-se às dificuldades particularmente urgentes relativas à confirmação e à falta de confirmação no que tange à economia em geral. Para analisarmos o impacto destas dificuldades, seria útil citar a lista completa de critérios utilizados para definir-se uma boa teoria, fornecida por Whewell: “concordância com os fatos de tal modo a suportar a indagação mais rígida e persistente; habilidade de predizer corretamente os resultados de casos não tentados; consiliência de induções relativas a várias classes de fatos; tendência progressiva ao esquema de simplicidade e unidade” (Whewell 128). Destes quatro critérios, os últimos dois encontram-se combinados na

idéia de unificação, conforme já vimos. Não considero que tenhamos nenhum grande problema aqui: não desejo questionar o alto nível alcançado pela economia na realização deste quádruplo objetivo.

A questão, entretanto, dirá respeito ao primeiro critério, “concordância com os fatos de tal modo a suportar a indagação mais rígida e persistente ...” Se nossa concepção de confirmação inclui a concepção unificacionista padrão – segundo a qual a confirmação de uma teoria depende da quantidade de tipos de exemplos confirmatórios – então nos será imposto dedicar uma atenção especial aos próprios exemplos confirmatórios em si, e não apenas aos tipos de exemplos confirmatórios. E é aqui que as dificuldades começam. Alguns deles puderam ser convincentemente identificados por trabalhos recentemente desenvolvidos nos campos da filosofia e da metodologia da economia, os quais apontaram para as complexidades relativas à manifestação do problema Duhem-Quine na economia. Cada teste envolve, além da hipótese-alvo, um grande número de suposições auxiliares. Não podemos ter controle sobre muitas destas suposições, e por causa disso as garantias oferecidas pelos testes – quando oferecidas – são pouco confiáveis. O resultado do teste, portanto, não poderá ser uma verificação ou uma refutação definitiva da hipótese-alvo, uma vez que existem vários outros elementos que foram importantes para a formulação do teste. Isto ajuda a explicar por que a testagem empírica tem sido incapaz de resolver as grandes controvérsias econômicas, como a que existe entre os monetaristas e os Keynesians (Cross 1982, 1998).

O teste de uma teoria econômica não é uma simples questão de se confrontar previsões a respeito dos dados com resultados não ambíguos e conclusivos. Aquela observação que diz que as teorias são indeterminadas pela evidência empírica aplica-se a todas as ciências, mas ainda com mais força às ciências sociais, à economia inclusive. A testagem envolve sempre uma quantidade gigantesca de elementos que não podem ser controlados. Estas incertezas, por sua vez, acrescentam outros fatores à problemática do julgamento de uma teoria. As teorias acabam sendo avaliadas, mas elas não são determinadas por evidências: outros fatores determinantes deverão preencher as lacunas (ver Maki 1993).

Becker reconhece estas dificuldades e as incertezas epistemológicas concomitantes que, ao invés de gerar suporte evidencial, abrem espaço para comprometimento:

De início, considerarei um comportamento racional, e perguntarei, ‘Quando eu aplico a teoria a este ou àquele problema, haverá algum comportamento que eu não posso explicar através do modelo da racionalidade?’ Já que a racionalidade é geralmente bastante flexível, e os dados muito limitados, comumente não conseguirei encontrar evidências decisivas contra a racionalidade. Mesmo assim, esta é a minha maneira de proceder. Outros são um pouco mais agnósticos com relação ao escopo da racionalidade, e aproximam-se do problema perguntado, ‘Este comportamento que estou analisando é racional, ou é melhor interpretá-lo de uma outra forma?’ Parte da diferença, portanto, estará no grau de *comprometimento* ou de *confiança* que possuímos em encontrar um comportamento racional ao investigarmos um conjunto de fenômenos em particular. (Becker apud Swedberg, 41)

Becker aqui demonstra estar bastante consciente da restrição epistemológica. A incerteza epistemológica sobre o suporte evidencial abre espaço para o comprometimento sem suporte evidencial. Mesmo quando as considerações a respeito do conteúdo evidencial são inevitavelmente substituídas pelo comprometimento, não devemos esquecer que a incerteza não é removida. Seja qual for o grau de comprometimento subjetivo e de confiança com os quais contam Becker e seus oponentes, a teoria permanecerá altamente sujeita a falhas. A restrição epistemológica adverte contra o comprometimento dogmático e recomenda que se empregue um forte senso de falibilidade e uma abertura às conversações críticas entre as disciplinas.

4. O imperialismo da economia: bom e mal

Como desfecho deste relato podemos dizer que, primeiramente, o expansionismo da economia, seja ele imperialista ou não, manifesta uma respeitável filosofia da ciência, *ceteris paribus*, e em segundo lugar, que a condição *ceteris paribus* muitas vezes não se mantém. Podemos

dizer, em linhas gerais, que esta cláusula é mantida quando as três restrições são respeitadas. A restrição ontológica, baseada na preferência pela unificação ontológica, implica que uma teoria mais unificadora sob o ponto de vista derivacional nem sempre é a melhor teoria. A restrição limite pragmática, que dá ênfase a considerações de significância, implica que uma teoria mais consiliente sob o ponto de vista da cardinalidade nem sempre é a melhor teoria. A restrição epistemológica, baseada no reconhecimento de uma incerteza epistemológica na ciência social, implica que mesmo que acreditemos que os dois primeiros limites estão sendo respeitados, a teoria que estamos mantendo pode estar errada ou ser de qualidade inferior.

Conseguir respeitar os três limites propostos não é algo que se dará de forma simples e automática para nenhum empreendimento intelectual expansionista. Quando houver suspeita de que as restrições não estão sendo respeitadas, pode surgir um receio de qualquer expansionismo que não possua raízes ontológicas e axiológicas suficientemente profundas, ou que não consiga atingir uma visão empírica bem controlada a respeito das dependências causais e dos processos que relacionam-se à maneira do mundo de funcionar. Tais temores são habilmente expressos por Edward Wilson (que defende que aquilo que ele chama de “consiliência” baseada na interação entre as ciências naturais e sociais) – apesar de que nem todos os cientistas sociais concordariam com seu programa construtivo. Sua opinião é de que os teóricos da economia

dificultam desnecessariamente seu próprio trabalho, fechando suas teorias contra interação com um certo tipo de psicologia e de biologia que possui princípios estabelecidos através de descrição minuciosa, de experimentação, e de análise estatística. Acredito que este fechamento deve-se a um projeto de evitar complicações com as enormes complexidades fundamentais destas ciências. Sua estratégia tem sido resolver o problema do estabelecimento do “macro” a partir do “micro” contando com o menor número possível de suposições no nível “micro”. Em outras palavras, são parcimoniosos demais. As teorias econômicas também objetivam criar modelos de aplicação o mais amplos possíveis, muitas vezes cons-

truindo abstrações tão distantes que representam pouco mais do que exercícios de matemática aplicada. Trata-se de levar a generalidade longe demais. O resultado produzido por este tipo de rigor é um corpo teórico internamente consistente, porém pouco mais do que isso. Na minha opinião, apesar da economia estar rumando na direção correta, e abrindo um caminho que a teoria social sabiamente deverá seguir, ela é, ainda assim, em sua maior parte, irrelevante. (Wilson 1998, p.202)

Qualquer que seja a nossa opinião a respeito do julgamento de Wilson, poderemos ser persuadidos a concordar com as seguintes conclusões: o imperialismo da economia, conforme formulado acima, não está intrinsecamente errado. Entretanto, de modo a ser defensável, três restrições deveriam ser respeitadas. Dado que é muito difícil respeitar estas restrições, e talvez ainda mais difícil determinar se eles estão ou não sendo respeitados, o imperialismo da economia segundo exposto na descrição retificada fornecida abaixo deve ser evitado sob todas as circunstâncias:

O Imperialismo da Economia

O imperialismo da economia é uma forma de expansionismo econômico onde os novos tipos de fenômenos estão localizados em territórios ocupados por disciplinas outras que a economia, onde a economia se apresenta hegemonicamente como possuindo as teorias e os métodos corretos, excluindo assim as teorias e metodologias rivais.

Dada a natureza do material social e as complexidades envolvidas em estudá-lo, o Imperialismo da Economia aparenta ser por demais arrogante e dogmático para ser aceitável. Pode ser demais pedir por um imperialismo da economia modesto, tolerante, pluralista e autocrítico, e que aceite o desafio de respeitar as três restrições: mas o imperialismo que fosse tudo isso seria muito mais agradável.

Podemos dizer que o Imperialismo da Economia* é baseado numa *hýbris econômica*. Considero que pode ser difícil descobrir exemplificações puras desta atitude num formato inteiramente explícito. Esta opinião também se aplica a um relato recente feito por Lazear

(2000), e publicado em uma renomada revista de economia, o qual incluía uma quantidade impressionante de material presumivelmente evidencial. Ainda assim, certas características utilizadas por Lazear podem ser utilizados como ilustrações. O autor é confiante a respeito da economia:

O poder da economia está em seu rigor. A economia segue o método científico: estabelece uma teoria refutável, e revisa a teoria com base nas evidências. A economia obtém sucesso onde outras ciências sociais falham por que os economistas estão abertos à abstração. (Lazear 2000, 102)

O problema é que esta declaração demonstra pouco reconhecimento do limite epistemológico. É anacrônica a idéia de caracterizar-se a economia como um ciência ressaltando-se o fato de que ela segue o “método científico”, o que envolveria a formulação de teorias “refutáveis”: filósofos e outros estudiosos da ciência já apontaram há muito tempo para os grandes problemas envolvidos com a caracterização de um “método científico”, principalmente no que diz respeito a caracterizá-lo em termos de refutabilidade. A declaração parece apelar para a autoridade da ciência através de uma má interpretação de sua natureza, extraída de uma imagem de um livro escolar antiquado.

Devemos dizer ainda que estudos metodológicos a respeito da economia demonstraram que é difícil encontrar relativamente às teorias econômicas uma refutabilidade rigorosa (por exemplo, Blaug 1980), e que a noção de “revisão de uma teoria com base nas evidências” simplifica uma questão complexa ao ponto de criar uma distorção do que ocorre quando uma teoria é submetida a evidências. Conforme observado anteriormente, qualquer testagem será sempre atormentada pelo problema de Duhem-Quine. Uma vez que todo teste envolve um grande número de suposições auxiliares descontroladas, seus resultados não serão nunca uma refutação conclusiva da hipótese-alvo. Há bastante espaço para se empreender manobras que ajustem tais suposições de forma a que o resultado desejado seja produzido. De fato, os críticos da prática imperialista afirmam que, na maior parte, ela se baseia em um movimento *ad hoc* de introdução de suposições empíricas auxiliares

injustificadas, de forma a garantir que os modelos concordem com os dados (e.g. Udehn 1992, Green e Shapiro 1994, Blaug 1980, 242f). Este movimento, entretanto, pode ser interpretado como um traço das variações suspeitas do imperialismo da economia, aquelas que objetivam tão somente a unificação derivacional, e são insensíveis à restrição epistemológica.

Quanto à frase final da passagem de Lazear, é fácil concordarmos que a abstração teórica e o isolamento constituem ferramentas poderosas: “É a habilidade de abstrair que nos permite responder questões a respeito de um mundo complexo.” (Lazear 2000, 103; para um relato simpático a este método, vide Maki 1992b.) Ao mesmo tempo, seria sábio reconhecer os riscos que acompanham estas poderosas ferramentas em domínios não experimentais: na medida em que o grau de abstração e de isolamento aumenta, cresce também o espaço entre a teoria e as evidências, o que resulta em dificuldades em se controlar empiricamente a teorização. A queixa mais comum a ser levantada a respeito da economia, é claro, consiste em dizer-se que estas dificuldades foram evitadas através do estabelecimento de teorias que são pouco mais do que ficções da imaginação – as quais, pode-se acrescentar, não servem para nada além da unificação derivacional. Esta queixa é proferida, entre outros, por não economistas que fazem resistência à invasão de sua disciplina pela economia: diz-se que eles preferem manusear as complexidades do mundo social com as “mãos sujas” do que encarar o perigo de distanciarem-se dele, o qual está envolvido na utilização dos “modelos limpos” da economia (Hirsch, Michaels, e Friedman 1987). Não existe nenhuma chance de se respeitar a primeira restrição em se tratando de um modelo “limpo”, que teve todo o conteúdo fatural removido: é impossível garantir-se unificação ontológica através dele.

Mesmo que não haja problemas em nos aproximarmos das complexidades com as ferramentas da simplificação, haverá o problema de que mesmo que uma teoria viesse a obter sucesso, isolando verdadeiramente a essência simples do objeto em questão, não poderíamos nunca estar realmente certos a respeito disso. Na verdade, o grau de incerteza epistêmica em qualquer ciência social é alto o suficiente para requerer doses igualmente altas de modéstia quanto a pretensões de se possuir a

verdade ou as respostas certas. Parece que Lazear reconhece o problema: “Os modelos econômicos tentam criar sentido a partir do sem-sentido. Algumas vezes, eles abstraem da essência do problema. Mas as boas análises permitem a compreensão onde antes havia confusão.” (142) O próximo passo seria diminuir a falsa confiança, de modo a refletir fielmente a significativa possibilidade de erro.

5. Conclusão

É importante entender a estratégia do argumento precedente: ele desenvolve-se a partir de limites ao invés de objetivos. Ao contrário de alguns críticos do imperialismo da economia, minha opção é não começar atacando-o diretamente, e tampouco as suas premissas, como a unificação explanatória, por exemplo, a qual eu sugiro ser a noção fundamental. Minha argumentação não culpa o unificacionismo ou o expansionismo por sofrer de uma falha intrínseca. A luta por graus cada vez maiores de unificação, independentemente dos limites disciplinares, não é aqui apresentado como algo ilegítimo. A argumentação possui um sentido crítico, mas esta crítica é introduzida através de uma série de restrições impostas à busca por unificação. Muitos críticos atacam o objetivo do imperialismo diretamente, e outros tomam as restrições como sendo por demais exigentes para poderem ser respeitadas, e desta forma não é dada qualquer chance ao imperialismo da economia. O argumento deste artigo lhe fornece uma chance, mas apenas enquanto o imperialismo da economia se mantiver em suas versões moderadas, e esta chance deve ser aproveitada apenas em tentativas sérias de se respeitar as restrições. O Imperialismo da Economia* sofre de um radicalismo injustificado e de um dogmatismo que lhe torna indefensável.

Deve-se ainda frisar que neste artigo não existem pretensões a que se tenha dito a palavra final a respeito do imperialismo da economia. A estrutura definida aqui é realmente apenas uma estrutura, um esqueleto: na melhor das hipóteses, este artigo poderá funcionar como um mapa para cientistas sociais e filósofos da ciência social, ajudando-os a estabelecer novas questões, ou talvez a respondê-las – e, em última

instância, a entender o que é que está sendo defendido ou condenado, e por que, quando discute-se o imperialismo da economia.

Bibliografia

- ARONSON, Jerrold (1984) *A Realist Philosophy of Science*. London: Macmillan.
- AUMANN, Robert J. (1985) “What is game theory trying to accomplish?” in *Frontiers of Economics*, ed. K. Arrow and S. Honkapohja. Oxford: Blackwell.
- BECKER, Gary (1976) *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: University of Chicago Press.
- CROSS, Rod (1984) “The Duhem-Quine thesis, Lakatos and the appraisal of theories in macroeconomics”, *Economic Journal*, 92, 320-340.
- _____ (1998) “Duhem-Quine thesis”, in *The Handbook of Economic Methodology*, ed. J. Davis, W. Hands, U. Maki. Cheltenham: Edward Elgar.
- FINE, Ben (1999) “The question of economics: Is it colonizing the social sciences?”, *Economy and Society*, 28, 403-425.
- FRIEDMAN, Michael (1974) “Explanation and scientific understanding”, *Journal of Philosophy*, 71, 5-19.
- FRIEDMAN, Milton (1953) *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- GREEN, Donald P. and Ian Shapiro (1994) *Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science*. New Haven: Yale University Press.
- HIRSCH, Paul; Stuart Michaels and Ray Friedman (1987) “‘Dirty hands’ versus ‘clean models’: Is sociology in danger of being seduced by economics?”, *Theory and Society*, 16, 317-336.
- HIRSHLEIFER, Jack (1985) “The expanding domain of economics”, *American Economic Review Special Issue*, 75 (6), December, 53-68.

- KEYNES, John Neville (1955/1891) *The Scope and Method of Political Economy*.
- KITCHER, Philip (1981) "Explanatory unification", *Philosophy of Science*, 48, 507-531.
- LAZEAR, Edward P. (2000) "Economic imperialism", *Quarterly Journal of Economics*, 115, 99-146.
- MAKI, Uskali (1990) "Scientific realism and Austrian explanation", *Review of Political Economy*, 2, 310-344.
- _____ (1992a) "Friedman and realism", *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 10, 171-195.
- _____ (1992b) "On the method of isolation in economics", *Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities*, 26, 319-354.
- _____ (1993) "Social theories of science and the fate of institutionalism in economics", in *Rationality, Institutions and Economic Methodology*, ed. U. Maki et al. London: Routledge.
- _____ (1998a) "Is Coase a realist?", *Philosophy of the Social Sciences*, 28, 5-31.
- _____ (1998b) "Against Posner against Coase against theory", *Cambridge Journal of Economics*, 22, 587-595.
- _____ (1999) "Science as a free market: A reflexivity test in an economics of economics", *Perspectives on Science*, 7, 486-509.
- _____ (inédito) "Explanatory unification: Double and doubtful", *Philosophy of the Social Sciences*
- MARSHALL, Alfred (1920) *Principles of Economics*. Reprint of 8th edition. Houndmill etc.: Macmillan 1986.
- RADNITZKY, Gerard and Peter Bernholz, editors (1987) *Economic Imperialism: Economic Method Applied Outside the Field of Economics*. New York: Paragon House.
- ROBBINS, Lionel (1935) *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan.

- SWEDBERG, Richard (1990b) *Economics and Sociology. Redefining Their Boundaries: Conversations with Economists and Sociologists*. Princeton: Princeton University Press.
- STIGLER, George (1984) “Economics – The imperial science?” *Scandinavian Journal of Economics*, 86, 301-313.
- UDÈHN, Lars (1992) “The limits of economic imperialism”, in *Interfaces in Economic and Social Analysis*, edited by Ulf Himmelstrand. London: Routledge. Pp. 239-280.
- WHEWELL, William (1847) *Philosophy of the Inductive Sciences*. London: JohnW. Parker.
- WILSON, Edward (1998) *Consilience*. New York: Alfred A. Knopf.